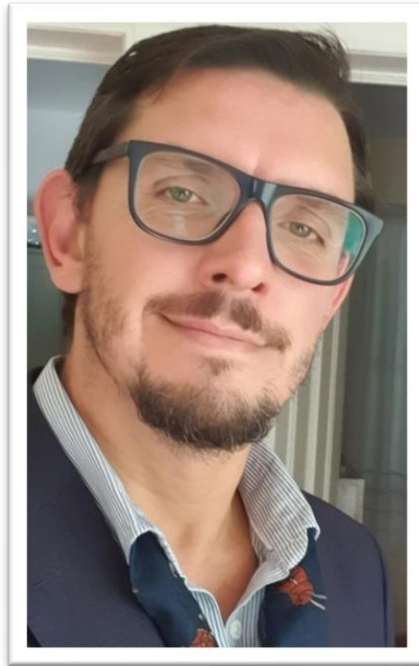


Linguagem Inclusiva na Administração Pública



Em grande número de línguas, nomeadamente na língua portuguesa, é comum o uso exclusivo do género gramatical masculino para designar o conjunto de homens e mulheres, o que torna as mulheres praticamente invisíveis na linguagem.

Historicamente, a utilização do género masculino tem englobado o feminino, como é o caso da utilização frequente das expressões “o Homem” ou “os homens” como sinónimos de “a Humanidade”. Tomando a parte pelo todo, identificam-se os homens com a universalidade dos seres humanos.

Esta forma de expressão tem a sua origem numa época da História da Humanidade, em que o papel da Mulher era diminuto na sociedade, onde os direitos concedidos aos homens não eram, de todo, iguais para as mulheres.

De fato, desde os primórdios da civilização (Grécia Antiga, Império Romano, entre outras) que aos homens eram granjeadas as posições de poder, aos homens era concedido o direito de frequentar os vários níveis de ensino. Já às mulheres nem era reconhecido o direito a uma cidadania plena.

Talvez por esses motivos, e porque a mulher era vista como “o sexo fraco”, começou-se a generalizar o sexo masculino na linguagem, para representar a universalidade. Ou seja, motivos históricos, e milenares levaram ao uso da linguagem não inclusiva, revelando uma realidade que já não é a realidade de hoje (e que, a bem da verdade, nunca deveria ter sido a realidade de nenhuma altura ou época).

Precisamente por já não existir essa realidade dos primórdios dos tempos e que perduram, ainda hoje, há que reconhecer, aquando das lutas pela igualdade promovidas pelas mulheres (os chamados movimentos feministas), desde, pelo menos, a segunda metade do séc. XIX, e ainda nos dias de hoje, verificámos conquistas importantes: o direito ao salário digno, o direito ao voto, o direito à independência, o direito a frequentar os estabelecimentos de ensino superior, entre muitos outros.

Mas o essencial foi ficando atrasado: a linguagem inclusiva. Não nos deixemos iludir. As palavras, os discursos, falado e escrito, têm um grande impacto na educação das pessoas, na formação do pensamento. É fundamental que as práticas linguísticas, nomeadamente da Administração Pública, acompanhem as práticas sociais e promovam o seu desenvolvimento, adequando-se a uma nova geração de políticas públicas que visam a igualdade de género.

É tempo de mudar o paradigma, de rasgar com hábitos exclusivos e recuperar o tempo perdido. Somos todos seres humanos, e todos contamos na História da Humanidade.

O Diretor Regional da DRAP,
(Pedro Santos Gouveia)